

Novos fitoterápicos na rede pública

■ OFERTA PASSA DE DOIS PARA OITO PRODUTOS À BASE DE PLANTAS MEDICINAIS. ELES SÃO INDICADOS PARA O TRATAMENTO DE PROBLEMAS COMO PRISÃO DE VENTRE, INFLAMAÇÕES E SINTOMAS DO CLIMATÉRIO.

O Sistema Único de Saúde (SUS) financiará seis novos medicamentos fitoterápicos. A partir de 2010, os postos de saúde poderão oferecer fármacos produzidos à base de alcachofra, aroeira, cáscara sagrada, garra do diabo, isoflavona da soja e unha de gato. Com isso, o número de fitoterápicos financiados pelo SUS passa de dois para oito. Os novos produtos – preparados, a partir de plantas medicinais – são indicados para o tratamento de problemas, como prisão de ventre, inflamações, artrite reumatóide e sintomas do climatério (*veja quadro abaixo*).

Esses medicamentos serão financiados com os mesmos recursos utilizados para a compra dos medicamentos da atenção básica. A portaria que inclui esses fitoterápicos no Componente Básico de Assistência Farmacêutica foi publicada no “Diário Oficial da União”, no dia 1º de dezembro de 2009.

Os medicamentos são extraídos de espécies da flora brasileira não ameaçadas de extinção. Assim, o financiamento segue a recomendação da Organização Mundial da Saúde (OMS), de que os países usem os recursos naturais disponíveis, no próprio território, para promover a atenção primária à saúde.



As oficinas de manipulação?

DISTRIBUIÇÃO - Desde 2007, o SUS financia medicamentos fitoterápicos feitos à base de espinheira santa (para gastrites e úlceras) e guaco (para tosse e gripes), em apresentações, como cápsula, comprimido e xarope, entre outras. Os produtos integram as listas de distribuição de medicamentos, em 13 Estados.

A inclusão dos seis novos fitoterápicos faz parte das ações do Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, que busca oferecer mais opções terapêuticas à base de plantas medicinais para a população. Os Estados não são obrigados a oferecer todos os medicamentos. Assim como ocorre com a lista de fármacos da atenção básica, as secretarias estaduais e municipais de Saúde deverão definir os medicamentos que serão distribuídos na rede pública de saúde, de acordo com a necessidade de cada região.

A prescrição dos fitoterápicos será realizada pelos médicos e, com a receita médica em mãos, os pacientes terão acesso aos produtos, nos postos de saúde, gratuitamente.

COMITÊ - O Ministério da Saúde criou, em setembro, o Comitê Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos. Coordenado pelo Ministério e formado por membros do Governo Federal e da sociedade, o Comitê monitorará e avaliará as ações do Programa Nacional de Fitoterápicos. Esse programa contempla todas as etapas de produção de um fitoterápico. As ações vão desde as pesquisas que demonstram evidências científicas da planta para um determinado tratamento, passando pelo cultivo, colheita e extração, até a produção e comercialização do produto.

A divulgação do lançamento de mais seis fitoterápicos, na rede pública de saúde, financiados pelo SUS (Sistema Único de Saúde) foi recebida com alegria no Conselho Federal de Farmácia (CFF). Mas Conselheiros manifestaram preocupação com a ausência, na Portaria número 2.982, de 1º de dezembro de 2009 (Portaria da Assistência Farmacêutica Básica), que inclui os produtos, na rede, de uma sinalização da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) para a regulamentação das oficinas de manipulação farmacêuticas de fitos.

O temor do CFF é que, ao distribuir, no País inteiro, fitoterápicos produzidos, industrialmente, perca-se a oportunidade ímpar de se implantar oficinas farmacêuticas, no setor público, no âmbito dos Municípios e dos Estados. A regulamentação das oficinas está sendo discutida pela Anvisa, desde o início de 2009. As discussões estão a cargo de uma câmara técnica formada com esse fim.

VANTAGENS - As oficinas, segundo o Presidente do Conselho Federal de Farmácia, Jaldo de Souza Santos, só trarão vantagens, como o incentivo à pesquisa de fitos, levando-se em conta o uso popular, o que varia de região para região; o foco na epidemiologia da população local, considerando-se os tratamentos com fitos produzidos à base de plantas do lugar, entre outras.

O Presidente do Grupo de Trabalho em Fitoterapia do CFF, Ely Eduardo Saranz Camargo, Conselheiro Federal de Farmácia por

OS NOVOS FITOTERÁPICOS

Nome popular	Nome científico	Indicação de uso
Alcachofra	<i>Cynara scolymus</i>	Tratamento de dores na região abdominal associadas a disfunções relacionadas ao fígado e à bile.
Aroeira	<i>Schinus terebenthifolius</i>	Produtos ginecológicos anti-infecciosos
Cáscara sagrada	<i>Rhamnus pushiana</i>	Constipação ocasional (prisão de ventre)
Garra do diabo	<i>Harpagophytum procumbens</i>	Anti-inflamatório (oral) para dores lombares, osteoartrite (artrose)
Insoflavona da soja	<i>Glycine max</i>	Climatério (coadjuvante no alívio dos sintomas)
Unha de gato	<i>Uncaria tomentosa</i>	Anti-inflamatório (oral e tópico) nos casos de artrite reumatóide, osteoartrite (artrose) e como imunoestimulante

Fonte: Ministério da Saúde, por meio de sua Assessoria de Imprensa (jornalismo@saude.gov.br).

O CFF e os fitos



São Paulo, acrescenta às palavras de Souza Santos o seguinte: “Uma oficina de manipulação de fitoterápicos, na rede pública de um Município, iria criar um novo ambiente na saúde, porque a população passaria a contar com produtos baratos, eficazes e gerados, a partir do conhecimento popular local, o que faz muita diferença. Isso, sem falar na geração de empregos indiretos”.

Segundo Ely, o custo dos equipamentos para a montagem de uma oficina farmacêutica não é alto, e o retorno é inquestionável. A aquisição dos equipamentos vai depender da necessidade de cada Município. Uma oficina mais completa deve possuir um encapsulador, balança analítica, vidraria, homogeneizador, além de equipamentos para o controle de qualidade, como Phgâmetro e viscosímetro. As oficinas das farmácias públicas terão o farmacêutico especialista na área como seu responsável técnico.

O Conselheiro Federal por São Paulo sugeriu que os Municípios busquem parcerias com as Universidades (cursos de Farmácia) para o desenvolvimento de pesquisas com plantas e fitos.

Os fitoterápicos são um dos assuntos mais recorrentes, no Conselho Federal de Farmácia. Uma política adotada pelo órgão incluiu essa categoria de medicamentos no centro das discussões, com vistas a promover a qualificação técnico-científica dos farmacêuticos que atuam nesse segmento, para sensibilizar os gestores públicos a inserir os fitos na rede pública e facilitar o acesso da população aos produtos.

Nesse sentido, em 2009, o CFF iniciou o processo de elaboração do “Compêndio de Plantas Medicinais e Fitoterápicos”. O Compêndio irá reunir monografias de plantas e fitos que já se submeteram a estudos fitoquímicos e clínicos, e que tenham apresentado eficácia terapêutica e isenção de toxicidade.

As suas formas farmacêuticas (xaropes, pomadas etc.) serão apresentadas para padronização. Elaborado pelo Grupo de Trabalho em Fitoterapia do CFF, o catálogo a ser publicado trará uma lista de espécies, respeitadas as particularidades regionais, a exemplo dos diferentes biomas.

SIMPÓSIO - Com igual objetivo, o CFF criou um importante fórum de discussões acerca do assunto. Em julho de 2008, o órgão realizou, em Cuiabá, o “I Simpósio de Assistência Farmacêutica”. Ali, abordou-se a distribuição de plantas medicinais e de fitoterápicos na rede pública. Durante o evento, farmacêuticos levaram aos colegas as experiências bem-sucedidas com esses produtos, no sistema público de saúde dos Municípios e Estados, sem deixar de citar, também, as dificuldades em produzir e dispensar plantas e fitos.

Em final de julho/início de

agosto de 2009, o CFF realizou, em Belo Horizonte, o “II Simpósio”. Desta vez, discutiu-se o financiamento para a implantação de novos programas de plantas e fitoterápicos no sistema público e a gestão das oficinas farmacêuticas (manipulação) de plantas, bem como a regulamentação do setor pela Anvisa. A necessidade de qualificação do farmacêutico foi, ainda, outro ponto focal do evento.

O “II Simpósio” reuniu expoentes do setor, como o Professor da Unifesp (Universidade Federal de São Paulo), Dr. Elisaldo Carlini. Ele apresentou uma trajetória das pesquisas realizadas pela CEME (Central de Medicamentos), extinto órgão do Ministério da Saúde. Falou, ainda, sobre a importância do uso das plantas medicinais em sistemas públicos.

Outra expressão do setor convidada pelo CFF para palestrar no evento foi a farmacêutica Mary Anne Medeiros Bandeira. Uma das pessoas mais próximas do lendário farmacêutico e Professor Francisco José de Abreu Matos (e de cujos princípios é seguidora), Mary



Professores Elisaldo Carlini, da Unifesp, e Mary Anne Medeiros Bandeira, da UFC e Coordenadora do Projeto Farmácias Vivas, no Ceará, fizeram palestra no II Simpósio de Assistência Farmacêutica, realizado pelo CFF.

Anne, depois da morte de Matos, assumiu a coordenação do Projeto Farmácias Vivas, instalado na Universidade Federal do Ceará (UFC).

Doutora em Química Orgânica de Produtos Naturais, Professora de Farmacognosia da Faculdade de Farmácia da UFC, Supervisora do Núcleo de fitoterápicos da Coordenadoria de Assistência Farmacêutica da Secretaria de Saúde do Estado do Ceará, Mary Anne falou do legado do Professor Matos e dos modelos de programas de distribuição de plantas medicinais e fitoterápicos na rede pública de saúde.

O Conselho Federal de Farmácia quer, com o Compêndio e com os simpósios, disseminar entre os farmacêuticos que atuam nessa área, nas Secretarias Municipais e Estaduais de Saúde, os conhecimentos técnicos e científicos sobre plantas e fitos; fazer circular na população brasileira as vantagens do seu uso, convencer as autoridades da importância de o sistema público distribuir esses produtos e colaborar com rede pública.



Para o Presidente do CFF, Jaldo de Souza Santos, o trabalho do CFF ajuda a quebrar barreiras culturais que separam o conhecimento popular do conhecimento científico sobre plantas e fitos, além de gerar uma consciência dentro do Governo, de que é preciso dar mais atenção a esses produtos

QUEBRANDO BARREIRAS -

Para o Presidente do Conselho Federal de Farmácia, Jaldo de Souza Santos, o trabalho do CFF está ajudando a quebrar possíveis barreiras culturais que separam o conhecimento popular do conhecimento científico sobre plantas e fitos,



Ely Eduardo Saranz Camargo, Conselheiro por São Paulo e Coordenador do GT em Fitoterápicos do CFF: "Uma oficina de manipulação de fitoterápicos, na rede pública de um Município, cria um novo ambiente na saúde, porque a população passa a contar com produtos baratos, eficazes e gerados, a partir do conhecimento popular local. Isso, sem falar na geração de empregos".

além de gerar uma consciência dentro do Governo, no sentido de que é preciso que ele dê mais atenção a esses produtos, vez que são mais baratos, eficazes, causam menos reações adversas e podem se tornar um importante nicho de mercado, tanto para os farmacêuticos, quanto para outros profissionais.

"É simplesmente inconcebível que o País que possui uma das maiores reservas de plantas do mundo em diferentes biomas não consiga avançar nas pesquisas com plantas nem crie tecnologia que explore melhor esses recursos em favor da sociedade, conciliando ciência com conhecimento popular", criticou Jaldo de Souza Santos.

Já o farmacêutico Ely Eduardo Saranz Camargo, Conselheiro Federal de Farmácia por São Paulo e Presidente do Grupo de Trabalho do CFF responsável pela elaboração do Compêndio e pela realização dos simpósios, observa que existem dificuldades financeiras para a implantação de programas de produção e distribuição de plantas e fitos na rede pública. "As Secretarias Municipais e Estaduais de Saúde alegam que não dispõem de dinheiro para desenvolver pesquisas, para adquirir equipamentos e para qualificar os seus farmacêuticos", relatou.

ESFORÇOS INTERROMPIDOS

- Em 1980, a rede pública de saúde deu um pontapé inicial para a re-

alização de pesquisas com plantas e fitoterápicos. Mas todos esses esforços foram bruscamente interrompidos, segundo Ely Saranz, devido ao fechamento da Central de Medicamentos do Ministério da Saúde. A CEME era o órgão responsável por executar os programas públicos de produção e distribuição de plantas e fitos. A interrupção arrastou-se, até o ano de 2000.

A criação da Anvisa e do DAF (Departamento de Assistência Farmacêutica)/MS levaram à retomada dos estudos, "mas ainda muito devagar", de acordo com o farmacêutico. "Foi, aí, que o CFF decidiu elaborar o Compêndio, realizar debates e investir na qualificação profissional", justificou. Ely ressalta que o CFF foi um provocador importante dos debates que estão levando os fitos para o SUS.

Ele lembra que 80% da população brasileira já fazem uso de plantas, nas formas de infusão, chás e outras, ou de especialidades produzidas pela indústria e prescrita pelos médicos. "Mas falta divulgação por parte do Governo junto à população, no sentido de que solicitem do médico a prescrição de fitoterápicos, e cobrem da rede pública a distribuição dos produtos", acrescenta o farmacêutico.

EVENTO INTERNACIONAL

- Adiantou que o quarto Simpósio já tem data e local definidos. Será realizado, em Fortaleza, em setembro de 2011, antecipando a programação do "XX Congresso Italo-Latinoamericano de Etnomedicina". O congresso trará ao Brasil pesquisadores italianos e de vários países das Américas. O Brasil propôs a sua candidatura como sede do evento, em setembro de 2008, em Palermo (Itália), e foi defendida contra as inscrições da Venezuela, Santo Domingo e México. Ely Saranz Camargo foi um dos defensores da candidatura brasileira.

Pelo jornalista Aloísio Brandão, editor desta revista.